

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aviso n.º 3524/2009

1 — Nos termos previstos na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e por despacho do Director-Geral, de 10 de Dezembro de 2008, faz-se público que a Direcção-Geral dos Impostos, pretende proceder à abertura do procedimento concursal de selecção para o provimento do seguinte cargo de direcção intermédia de 2.º grau:

Chefe de Divisão de Aprovisionamento, Logística e Património (DALP), da Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Financeiros.

2 — Areas de actuação — as atribuições constantes nas alíneas *l* a *s*) e *u*) do artigo 24.º da Portaria n.º 348/2007, de 30 de Março, por força do previsto no n.º 21.2 do Despacho n.º 8488/2007, de 4 de Abril, publicado no *Diário da República*, n.º 91, 2.ª Série, de 11 de Maio de 2007.

3 — Requisitos formais de provimento — o recrutamento é efectuado de entre funcionários, posicionados no nível 2 de qualquer das categorias do grau 4, ou de graus superiores do Grupo de Pessoal de Administração Tributária (GAT) da Direcção — Geral dos Impostos, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, e demais funcionários que reúnam os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — Perfil pretendido:

a) Competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo na área do cargo a prover;

b) Experiência e formação profissional na área funcional dos cargos a prover.

5 — Métodos de selecção:

a) Avaliação curricular;

b) Entrevista pública.

6 — Constituição do júri:

Dr. José Herminio Paulo Rato Rainha, Subdirector-Geral, que preside, em substituição do Director-Geral, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Professor Doutor Mário Maciel Caldeira, designado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG);

Dr.ª Olga Maria Gomes Pereira, Directora de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação.

7 — Formalização de candidaturas:

a) As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento elaborado nos termos dos artigos 74.º do Código do Procedimento

Administrativo e 24.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com indicação e prova dos requisitos formais de provimento, acompanhado do currículo do candidato, datado e assinado, com documentos comprovativos dos factos nele alegados e de fotocópia do Bilhete de Identidade;

b) Deverá ser obrigatoriamente utilizado o modelo de currículo que se encontra disponível no site da DGCI — www.dgci.min-financas.pt. devendo, para o efeito, escolher as opções pela seguinte ordem: “Informação Diversa — Recursos Humanos — Recrutamento de Pessoal”;

c) Os funcionários da DGCI estão dispensados da apresentação da prova dos requisitos formais de provimento.

8 — Os requerimentos, dirigidos ao Director-Geral dos Impostos, deverão ser entregues na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, da DGCI, sita na Rua do Comércio, n.º 49, 3.º, 1149-017 Lisboa (das 10.00h às 12.00h e das 14:30h às 17.00h), ou enviados pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao último dia do prazo (10 dias úteis a contar da publicitação na Bolsa de Emprego Público).

9 — O Aviso do procedimento concursal será publicitado na Bolsa de Emprego Público, durante 10 dias, e em “órgão de imprensa de expansão nacional”, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

2 de Fevereiro de 2009. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Direcção-Geral dos Impostos, *Laudelino Pinheiro*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARGANIL

Aviso n.º 3525/2009

Ricardo João Barata Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil, faz público que, após homologação da Câmara Municipal em sua reunião ordinária de 16/12/2008, o procedimento concursal para provimento, em comissão de serviço, do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Chefe da Divisão de Gestão Urbanística do Município de Arganil, aberto por meu despacho de 20/03/2008 e regido pelo estabelecido no Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20/04, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 07/06, que aplica à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15/01, com a redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30/08 e cujo aviso foi publicitado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 139, de 21/07/2008, foi considerado concluído pela inexistência de candidatos admitidos, verificando-se a impossibilidade do Júri proceder à apresentação da proposta de nomeação para o referido cargo.

21 de Janeiro de 2009. — O Presidente da Câmara, *Ricardo João Barata Pereira Alves*.

301274173